

TRILHAS DA POLÍTICA AMBIENTAL: CONFLITOS, AGENDAS E CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO*

LEONARDO BIS DOS SANTOS¹

1 Introdução

Explorar o contexto de consolidação da problemática ambiental, na América Latina e no Brasil, é um exercício instigante que corrobora a centralidade dos conflitos na composição da agenda pública ambiental. A exposição dos conflitos, contudo, não somente desvela ações pró-ativas na consecução da proteção ambiental. É, também, um recurso utilizado como retórica em prol de objetivos perseguidos por correntes desenvolvimentistas.

Na disputa pela apropriação dos recursos ambientais, entre as várias apreensões do polissêmico termo desenvolvimento, encontram-se os veículos de mídia. Estes, com sua agenda própria – que compõem e é composta pelas agendas pública e política –, representam mecanismos catalisadores e amplificadores de temáticas sociais. Assim, apresentam-se como indicadores dos contextos presente e futuro.

Este trabalho é dedicado à análise da categoria conflito e de suas interfaces com a política de criação de unidades de conservação. Foi enfocado, mais especificamente, o processo de criação de unidades de conservação marinhas, onde se concentram grandes empreendimentos industriais do estado do Espírito Santo.

A área em questão é representativa por agrupar players mundiais como a Aracruz Celulose S/A, maior exportadora de celulose do mundo; a ArcelorMittal Tubarão S/A, uma das principais fornecedoras de lâminas de aço do mundo; e a Petrobras S/A, líder em exploração de petróleo em águas profundas.

De outro lado, tem na pesca importante fonte protéica e de renda para as comunidades costeiras. Além de ser observada a existência de aldeias indígenas, Guarani e Tupiniquim –

*Este texto é baseado na dissertação de mestrado “Conflitos e agendas nas trilhas da política ambiental: debates acerca do processo de criação da APA Costa das Algas e do REVIS de Santa Cruz – ES”, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da UENF, financiada pela FAPERJ entre maio de 2005 e junho de 2007

¹Secretário de Planejamento Estratégico do Município de Serra/ES, CEP 29176-020, Serra – ES, Brasil

Autor para correspondência: Leonardo Bis dos Santos, Av. Santa Leopoldina, s/nº – 1ª Etapa, ed. Trombetas, apto. 201 – CEP 29102-901, Vila Velha – ES, Brasil, E-mail: bisdosantos@yahoo.com.br

Recebido: 27/1/2008. Aceito: 5/12/2008.

em constantes disputas por demarcação de terras e conflitos visando à manutenção de seu estilo de vida.

Teoricamente foi empreendida a tarefa de se aproximar as reflexões de Simmel (1983, 1986) e Bourdieu (2004). Apesar de os dois autores nunca terem se dedicado à temática ambiental – e de estarem vinculados a escolas sociológicas distintas –, foi proposto um diálogo entre os mesmos, bem como a aplicação de seus quadros teóricos à análise da questão ambiental. Assim, o processo de construção social de fatos políticos e a sua relação com a composição das agendas pública, mediática, política ou institucional, foram pontos relevantes para a reflexão.

A agenda política ou institucional foi caracterizada pelos debates políticos em torno dos modelos de ação ambiental institucionalizada. Daí resultou cinco níveis de conflitos relacionados à agenda institucional: latentes, manifestos, explícitos, extremos e naturalizados.

A correlação entre a agenda política ambiental e a agenda da mídia foi analisada tendo como perspectiva uma reinterpretação da hipótese da *agenda setting* (FERNANDES, 2006). Foi abordada a interação constante entre agenda pública e de mídia, desde a captação dos primeiros ruídos sociais até a definição de uma pauta de matérias. As variáveis foram aplicadas em dois tempos-espacos: o nacional e o local.

No tempo-espaco nacional, as variáveis perseguidas foram “conflito”, “política ambiental” e “unidades de conservação”, bem como seus correlatos/sinônimos. A base de coleta foi o referencial bibliográfico.

Já para o tempo-espaco local as mesmas variáveis foram mantidas, mas a base de coleta foi composta por jornais, compreendendo 2.555 periódicos. Realizou-se, ainda, análise do processo de criação das unidades, totalizando mais de 2.500 páginas, observação de campo e entrevistas com roteiro semi-estruturado.

A partir dessas ferramentas analíticas foram verificados: 1) o papel dos conflitos na definição de políticas ambientais; e 2) a correlação entre a agenda política ambiental e a agenda da mídia. Ao longo deste artigo, apresentaremos os resultados desse esforço de pesquisa.

2 A categoria conflito: de Simmel a Bourdieu

Os debates ambientais têm pressionado a composição de agendas na sociedade, o que conflui para explicitar os distintos usos sociais dos recursos ambientais. Assim, diferentes proposições sociais de interação homem-natureza são reveladas. A análise dos conflitos demonstra pontos de vista, que concernem padrões de reprodução material e simbólica, refletindo os interesses em curso.

O conflito pode ser interpretado de várias maneiras, variando de obstáculos a propulsores no processo de mudanças sociais. Essa característica, inerente ao conceito, instigou a busca das especificidades dos conflitos na sua relação com a ação política. Uma dessas dimensões, relacionada à problemática ambiental é responsável por explicar como a organização social promove mudanças através dos conflitos em torno do uso de recursos naturais (FERREIRA, 2004). Assim, os conflitos suscitados pelas diferentes formas de

relação entre homens, e destes com os bens ambientais, apresentam singularidades que permitem distinguir recursos legitimadores de ações e processos de mudança social.

Apesar da relevância do conflito como elemento social, há carência de estudos que se dedicam a tratá-lo *per se*. A despeito dos escritos de Marx e Engels, abarcando o conflito como elemento da dinâmica social, o primeiro autor notadamente da sociologia a dedicar atenção ao conceito foi Georg Simmel. Esse autor, no início do século XX, empenhou esforço na análise do conflito e inaugurou nova perspectiva sobre a questão. Simmel (1986) atribuiu ao conflito uma dimensão de socialização, de interação entre indivíduos, desvelando pela primeira vez conotação positiva ao embate.

O ponto de vista simmeliano declara que a atribuição de valores ao conceito não se dá pelos seus impulsos ou pelas suas conseqüências, e sim pelo conflito por si mesmo.

Para o autor Simmel (1986):

“Toda acción recíproca entre hombres es una socialización, la lucha, que constituye una de las más vivas acciones recíprocas y que es lógicamente imposible de limitar a un individuo, ha de constituir necesariamente una socialización” (SIMMEL, 1986, p. 265).

Os impulsos geradores, como inimizade, egoísmo, inveja, desejo e suas conseqüências como, em último grau, o aniquilamento de uma das partes, é que conferem conotação negativa ao conflito. Simmel, entretanto, ressalva que “seus aspectos positivos e negativos estão integrados; podem ser separados conceitualmente, mas não empiricamente” (SIMMEL, 1983, p. 123).

A concepção simmeliana de homem aproxima-se do pensamento essencialista, na medida em que o conflito aparece como um signo do instinto humano, concebido universalmente. É inegável, porém, sua originalidade e contribuição. Ao separar epistemologicamente o conflito de suas causas e conseqüências, Simmel (1986) apresentou ângulos inteiramente novos à questão das divergências entre indivíduos ou grupos.

A concepção norteadora deste trabalho afasta-se da obra simmeliana no sentido de discordar da naturalização do conflito. A obra de Pierre Bourdieu (2004), nesse sentido, fornece uma alternativa à superação da proposta simmeliana. A sociologia bourdieusiana é constituída tendo como parâmetros a tensão/conflito presente entre elementos macro e micro sociais. A interação entre essas dimensões produz significados individuais e coletivos, o que confere inteligibilidade às ações e instituições sociais.

Para Bourdieu (2004), no plano individual, as ações são compostas pelo embate de elementos constituídos socialmente e incorporados. Os agentes, dotados de potência de ação, são operadores práticos das construções sociais de objetos (BOURDIEU, 2004). Estão inseridos num sistema de fluxos contínuos que estabelecem elos de reciprocidade conflitiva entre dimensões coletivas e individuais. Para operacionalizar tais processos, é cunhado o conceito *habitus*, que representa o elemento que constitui o agente – plano individual. Pressões materiais e urgências temporais influenciam diretamente a ordem de prioridades dos agentes, alterando de forma significativa a ordem de escolhas pessoais. A necessidade impõe uma escala de prioridades que interferem diretamente nos gostos e nos estilos de vida. Assim, populações que estabelecem relação direta entre a sua base de reprodução material

e simbólica e os ciclos ambientais compõem, em sua taxonomia de escolhas ligadas às suas ações, um gradiente inteligível entre os elementos.

No plano coletivo, por sua vez, as distinções são apropriadas continuamente pelos agentes de forma a materializá-las em suas práticas. Os símbolos são produzidos coletivamente na sociedade e a configuração do *habitus* é resultado dos contatos entre agentes e sociedade. Essa tensão é composta por espaços abstratos mais ou menos autônomos, onde as normas gerais são retraduzidas e reformuladas. Os *campos*, assim, são espaços sociais específicos que se apresentam a partir de construções objetivas mais ou menos autônomas diante da sociedade em seu conjunto (BOURDIEU, 2004). Para as reflexões aqui desenvolvidas, este conceito foi apropriado para caracterizar as disputas ambientais, formando um campo autônomo.

Os recursos discursivos, como instrumentos de legitimação, exercem papel de destaque no processo de realização da ação. Populações que não dominam mecanismos retóricos amplamente aceitos na sociedade ou no(s) campo(s) de atuação, enfrentam obstáculos – às vezes intransponíveis dadas as condições – no processo de legitimação de suas ações. No caso de populações com fortes vínculos com os ciclos ambientais, em comparação com discursos científicos e técnicos pautados em preceitos positivistas, a desqualificação das ações e dos discursos são constantes.

Nesse quadro conceitual, a história exerce papel destacado na constituição do *habitus* e dos campos. Ela é expressa pela história incorporada e pela história reificada ou objetivada. De modo superficial, é possível designar a primeira como sendo as formas coletivas apropriadas pelos indivíduos ao longo da história, que cristalizam corporeamente os elementos socialmente constituídos. A história incorporada situa-se no nível individual – subjetivo – e trata de como a história reificada – no plano coletivo – objetiva-se nos indivíduos.

A leitura dos conceitos de *habitus* e campo, de história incorporada e história reificada, tendo como elemento central os conflitos entre agentes, permite vislumbrar os mecanismos de transformação social – e, especificamente, as mudanças nas relações de dominação de grupos entre si, na apropriação material e simbólica do meio ambiente. A proposta simmeliana de efetuar a separação epistemológica entre causas, conseqüências e o conflito *per se*, fornece parâmetros para traçar as inter-relações entre as lutas sociais e as mudanças na sociedade. Ao traçar as formas como se processam as disputas pela legitimidade num dado campo, abre-se a possibilidade de abraçar o ponto de vista do conflito como elemento que põe as forças em movimento – pela hegemonia de poder em vários sentidos e níveis, inclusive as disputas socioambientais. Essa base conceitual tolera a segmentação dos conflitos, uma vez que estes são apresentados sob novos ângulos, por Simmel, e com graus distintos, nos eixos espacial – estrutura macro e micro – e temporal – história incorporada e reificada –, por Bourdieu (SANTOS, 2007).

Do eixo temporal, já se pode tirar a conclusão de que alguns conflitos *naturalizam-se*. A perda da apreensão da gênese dos conflitos pode confundir-se com estruturas sociais rígidas. Tal processo potencializado conduz à reificação, o que, em última instância, transforma o significado social dos conflitos. Neste nível de apreensão social, os conflitos podem ser encarados pelos indivíduos como elemento da tradição.

Tabela 1. Conflitos × agendas.

Conflitos	Descrição
Latentes	Mecanismos sócio-políticos e culturais encobrem os conflitos
Manifestos	Os conflitos são visíveis, contudo não possuem força política para compor a agenda política local ou regional
Explícitos	Os conflitos são visíveis e possuem força política para entrar nos debates da agenda política local ou regional
Extremos	Os conflitos atingem níveis desproporcionais, atingindo a integridade física dos embatentes
Naturalizados	Os conflitos podem atingir a integridade física dos embatentes, mas não necessariamente são visíveis e possuem força política para entrar nos debates da agenda política local ou regional, mas dada a sua continuidade, por falta de resoluções, mantêm-se na agenda da mídia durante muito tempo, sofrendo processo de reificação

Fonte: Santos (2007a, p. 152).

Relacionados à agenda pública, à agenda política ou institucional e à agenda da mídia, destacam-se outros três níveis de conflitos – Tabela 1.

O primeiro grupo de conflitos, os *latentes*, trata daqueles que são encobertos por dinâmicas sociais. Esses conflitos não são visíveis para ampla parcela da sociedade. Os conflitos *manifestos*, por sua vez, são aqueles cuja visibilidade atinge patamares que permitem o amplo reconhecimento social. Apesar de percebidos e reconhecidos pela sociedade, esses conflitos não possuem força política suficiente para compor uma pauta de reivindicações capaz de englobar número significativo de segmentos sociais. Os conflitos *explícitos* são caracterizados pela sua visibilidade, reconhecimento e capacidade para compor uma agenda política que os abarquem. Muito mais vinculado à intensidade dos embates, do que propriamente à relação com as agendas pública, política ou institucional e da mídia, o último patamar de conflitos, os *extremos*, são aqueles que assumem postura desproporcional no uso da força e atingem a integridade física dos embatentes.

Os conceitos apresentados são ferramentas teóricas de análise. Empiricamente os modelos apresentados não são estanques, ou seja, há uma zona cinzenta na passagem de um grupo de conflitos para outro.

A resolução dos conflitos significa, nessa perspectiva, mantê-los latentes ou torná-los manifestos, pois, no contexto social como conhecemos hoje, sempre haverá discordâncias na condução de ações políticas. As disputas são uma constante no jogo político, significando assim que o objetivo último das ações públicas é manter os conflitos sob controle.

3 O cálculo do conflito na definição de áreas protegidas

A criação de áreas protegidas é um dos instrumentos mais utilizados em todo o mundo, no sentido de buscar formas alternativas de frear a degradação ambiental. No Brasil, essas áreas tomaram a nomenclatura de unidades de conservação. A história tem revelado que a delimitação dessas áreas envolve doses de conflitos variáveis em sua intensidade, mas regulares no tempo. Isso porque populações que estabeleceram, em alguma medida, vínculos

com tais espaços, reivindicam direitos de uso e apropriação social dos bens ambientais neles contidos.

A disputa pelo uso legítimo da natureza pode exceder os limites da explicitação e alcançar os conflitos extremos, como aconteceu no processo de criação do primeiro parque da Era Moderna. Bensusan (2006), citando Colchester, realça que:

“A criação do Parque Nacional de Yellowstone desalojou povos indígenas, como os *crow*, *blackfeet* e *shoshone-bannock*. Essa resposta simples, entretanto, revelou rapidamente sua face complexa: cinco anos depois da criação de Yellowstone, 1877, os *shoshone* entraram em conflito com as autoridades do parque, resultando em um saldo de 300 mortos. Nove anos depois, a administração do Parque Nacional de Yellowstone passou para as mãos do Exército americano” (COLCHESTER apud BENSUSAN, 2006, p. 113).

No Brasil, a política de criação de unidades de conservação vem ganhando destaque, devido à implementação de mecanismos específicos de gestão dos recursos ambientais. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – e, mais recentemente, o Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP –, tiveram importante papel na sistematização das normas de criação e de manejo das áreas.

A criação das primeiras áreas protegidas no mundo e no Brasil, contudo, refletiram um estágio de controvérsias da sociedade urbano-industrial. As políticas ambientais adotadas, focadas em estilos de vida incompatíveis com a conservação dos recursos ambientais, foram justificadas a partir de conteúdos estéticos e religiosos.

Atualmente, a ciência justifica a criação das unidades de conservação – UC’s – tendo como parâmetros critérios de representatividade de espécies, tanto em termos de quantidade – níveis de biodiversidade – quanto de qualidade – possibilidade de extinção. A beleza cênica ainda figura como elemento a ser considerado, porém, não é mais o centro gravitacional para a consecução de áreas protegidas, como outrora o fora. As bases científicas contemporâneas são invocadas para a resolução de disputas pelas apropriações sociais da natureza em diferentes níveis. Pressões internacionais, nacionais, regionais e locais, manifestadas pelos distintos interesses, são observadas na análise de processos de criação de UC’s. Alguns exemplos são citados a seguir.

Ao se reportar à relação entre populações humanas e a Estação Ecológica Juréia-Itatins, em São Paulo, Oliveira (2004) destaca o processo de criação e implementação da unidade, que remonta ao final da década de 1950 e envolve disputa fundiária que “antecede a criação desta Unidade de Conservação” (OLIVEIRA, 2004, p. 19). A questão fundiária que envolve populações assentadas e indígenas Guarani, além de interesses econômicos, confere o tom das disputas na região.

Em Minas Gerais, a proposta de criação da APA Sul-Região Metropolitana de Belo Horizonte – APA Sul-RMBH – representou um conjunto de forças sócio-políticas que teve no conflito o seu cerne. Os discursos dos agentes envolvidos tinham conexão com *habitus* específicos, refletidos em seus interesses e em suas concepções de meio ambiente. Segundo Camargos (2004), “as diferentes representações de natureza evocadas e a gradual metamorfose dessas mesmas representações são indicativas do papel fundamental do aspecto

simbólico do conflito” (CAMARGOS, 2004, p. 135), envolvido na mobilização de esforços na criação da área. As disputas centraram-se entre grupos de moradores, empresários do setor imobiliário e do setor minerador.

O caminho trilhado para a criação da APA da Serra do Baturité, nos municípios de Aratuba, Palmácia, Mulungu, Pacoti e Guaramiranga, no estado do Ceará, envolveu basicamente as conseqüências de política de erradicação de cafezais – substituição de cafezais sombreados por cafezais de sol –, na década de 1970, o que acelerou o processo de desmatamento e degradação dos solos (DURÁN, 1998, p. 221). Este cenário se mostrou dramático do ponto de vista social, pois expôs com vigor o dilema da sobrevivência dos habitantes locais, além de influenciar um ecossistema estratégico para o abastecimento de água para a capital cearense, distante cerca de 100 km em relação à APA.

“O agravamento do quadro ambiental da serra de Baturité na década de 70, após a falência do programa de erradicação do café sombreado promovido pelo IBC [Instituto Brasileiro do Café] e seguido por significativo número de produtores da região, provocou a reação de um segmento dos proprietários de terras da serra. Curiosamente, o embrião do grupo de pressão que deu início ao movimento para a criação da APA foi formado por veranistas de alta renda e produtores de café que não seguiram o programa de erradicação. Preocupados com a deterioração do meio ambiente da serra, o movimento para a criação da APA foi iniciado em meados da década de 80. [...] Esse movimento espontâneo acabou resultando na criação da APA do maciço de Baturité [...]” (DURÁN, 1998, p. 221).

O processo de criação da Reserva Extrativista – RESEX – Chico Mendes, no estado do Acre, talvez seja o mais ilustrativo envolvendo a explicitação de conflitos como mecanismo de pressão política. As intensas disputas entre seringueiros, de um lado, e madeireiros e grileiros de terras, de outro, ganharam destaque nacional e internacional, tendo seu ápice na morte de Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes, na cidade de Xapuri, no Acre (DIEGUES, 2004). Chico Mendes lutava pela criação de áreas de seringais especialmente protegidas, devido ao acirramento das lutas por terras e à intensificação da derrubada de árvores na região amazônica. Sua atuação foi decisiva para chamar a atenção para as demandas sociais e ambientais dos seringueiros, além de contribuir para a organização política dos mesmos. O movimento foi responsável por incluir o modelo de reserva extrativista no rol das unidades de conservação brasileiras. Em 22 de dezembro de 1988 o conflito manifestou-se em sua dimensão extrema e o seringueiro, sindicalista e ativista ambiental foi assassinado. Pouco mais de um ano após sua morte – já em 1990 – a RESEX pela qual ele tanto lutou foi criada.

No estado do Espírito Santo, destacamos o caso do ambientalista Paulo César Vinha, assassinado por denunciar extração ilegal de areia em área de restinga – Área de Preservação Permanente –, na região metropolitana da Grande Vitória. Atualmente, a área defendida por Vinha é uma reserva estadual com seu nome.

Os conflitos, assim, variam, podendo chegar a casos extremos, como os ocorridos com Chico Mendes e Paulo César Vinha. Os atentados à integridade física dos embatentes, contudo, não necessariamente expõem a questão ao debate amplo. Antes de Chico Mendes

ser assassinado, vários outros seringueiros foram mortos (DIEGUES, 2004). Isso nos remete à conclusão de que nem todo conflito terá força política para entrar nas agendas pública e política, sendo ele extremo ou não.

A exposição de dados contribuiu para a entrada dos conflitos nas discussões científicas e políticas (FERREIRA, 2004). Estes são abarcados de formas distintas e seus conteúdos podem variar, a partir de combinações e recombinações através de pólos que envolvem a contestação do *status quo* ou a sua manutenção. A explicitação do conflito, assim, aparece como estratégia de obtenção de objetivos e, quiçá, de sobrevivência de estilos de vida e manutenção cultural.

4 O processo de criação da APA Costa das Algas e do REVIS de Santa Cruz – ES

Ao analisar como foi composto o processo de criação, ainda em curso, de duas unidades de conservação contíguas, pudemos observar a movimentação dos agentes na defesa de seus interesses. Assim, buscamos o entendimento das posturas – *habitus* – dos agentes frente às suas demandas, bem como às estratégias usadas para alcançá-las.

Foram observadas as composições dos níveis de conflito, relacionadas ao elenco de acontecimentos que envolveram os debates em torno da proposta de criação da Área de Proteção Ambiental – APA – Costa das Algas e do Refúgio de Vida Silvestre – REVIS – de Santa Cruz, ambos no litoral centro-norte do estado do Espírito Santo. Assim foi remontado o processo de construção social do fato político, caracterizado como um elemento na explicitação de conflitos e de composição das agendas.

5 O contexto das disputas

O foco de atenção recaiu sobre a comunidade de Santa Cruz, município de Aracruz, no estado do Espírito Santo. O município de Aracruz está distante 83 km da capital do estado, Vitória. As atividades industriais desenvolvidas pela Aracruz Celulose S/A – ARCEL – e seus fornecedores, exercem considerável impacto socioeconômico sobre a região estudada. A instalação da empresa, na década de 1960, influenciou a dinâmica local e regional, dados as vastas plantações de eucalipto, o intenso transporte do material utilizado para a produção industrial (toras de eucalipto), além das atividades portuárias desenvolvidas. As demandas criadas pela ARCEL, aliada à sua relação de proximidade geográfica com a Região Metropolitana da Grande Vitória e do complexo industrial da ArcelorMittal Tubarão S/A, antiga Companhia Siderúrgica Tubarão – CST -, vêm atraindo um número expressivo de empresas ligadas ao fornecimento de implementos industriais, principalmente a partir de 1990 (ANJOS et al., 2004). Tais empreendimentos estão inseridos no contexto de um dos principais pólos industriais do estado, além de possuírem destaque no mercado internacional. As atividades da ARCEL contam com saída marítima através do PORTOCEL – este se configura como um dos portos com maior potencial de crescimento no Espírito Santo, dada sua localização e características –, assim como a Arcelor Mittal Tubarão S/A conta com o Porto de Tubarão.

Historicamente, esses empreendimentos têm origem na política desenvolvimentista do Plano Nacional de Desenvolvimento – PND -, do período militar. No processo de instalação da planta industrial da Aracruz Celulose, iniciada na década de 1960, destacou-se a sua relação com a política desenvolvimentista da ditadura militar vivenciada no Brasil. Esta relação foi realçada no depoimento abaixo:

“A Aracruz é um caso à parte. Porque a Aracruz Celulose, a gente tem estudos e eu posso citar aqui o livro do cientista político René Dreifuss [1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe, editado pela editora Vozes de Petrópolis em 1981] que mostra como o golpe de 1964 foi gestado pelos militares, por alguns representantes da classe empresarial brasileira e internacional que tinham interesses na via autoritária para que pudesse facilitar a implantação de seus negócios. E aqui no caso do Espírito Santo, um dos nomes literalmente citados é o caso do Lorentzen que é um dos fundadores da Aracruz Celulose aqui, que teve terras que eram ocupadas por indígenas, por populações tradicionais, por quilombolas e essas terras foram tratadas como terras devolutas. Eram terras que em alguns casos eram ainda cobertas por mata nativa e essas terras foram por diversas maneiras açambarcadas pela Aracruz Celulose para o plantio de eucalipto. No nosso caso, a gente entendia que já havia um laço suficientemente fortalecido entre o poder público e os interesses empresariais que não levavam em consideração os interesses das populações locais (informação verbal).”

O alerta feito pelo entrevistado, acerca da disputa territorial, tem se manifestado empiricamente nas lutas travadas entre quilombolas e indígenas, de um lado, e a ARCEL, de outro. A história, assim, tem revelado que a aquisição de terras pela empresa processou-se através de apropriação de espaços ocupados por populações que não detinham sua posse institucionalizada. Os conflitos envolvendo indígenas surgiram com vigor ainda na década de 1970. Frutos do processo de contestação dos indígenas, em 1983, foram demarcadas, de uma só vez, três reservas. Nelas, estão localizadas 5 aldeias das tribos Tupiniquim e Guarani – aldeias de Caieiras Velha, Comboios, Pau Brasil, Irajá e Boa Esperança.

A questão quilombola também faz parte do contexto local. Contudo, apresenta grande defasagem em relação à indígena, e só começou a aparecer de forma sistemática na agenda pública e política a partir da década 1990, quando a sociedade brasileira passou a se deter com mais intensidade com a questão negra. Neste ínterim, surgiram as primeiras propostas institucionais de mitigação dos efeitos da escravidão, mas ainda sem grandes resultados para a área.

A região ainda conta com investimentos da indústria petrolífera, a partir de leilões de blocos de exploração por parte da Agência Nacional de Petróleo – ANP. A descoberta de novos poços de petróleo alavancou investimentos da Petrobras S/A e vem criando expectativas no cenário econômico estadual. Não é difícil observar políticos e economistas fazerem referência à “terceira onda de desenvolvimento” capixaba. A questão do petróleo tem influenciado a arena política, acirrando as disputas internas nos municípios, pelo controle “público” dos royalties recebidos. Ao incrementar os orçamentos municipais, tais

divisas geram expectativas sociais, pela melhoria da qualidade de vida; e políticas, pela projeção pública.

A chegada da indústria do petróleo, ainda na fase de pesquisas e descobertas de blocos petrolíferos, alterou a rotina de grande parte dos moradores do litoral capixaba. A comunidade de Santa Cruz, que tem como base econômica o turismo e a pesca, foi uma das comunidades influenciadas pela vinda da indústria do petróleo. A chegada dos navios de pesquisa, a partir do sistema de sísmica¹, era relacionada, pelos pescadores locais, ao desaparecimento de espécies na costa capixaba. Segundo Martins e Doxsey (2006), os conflitos com a indústria do petróleo formaram o quinto problema mais citado pelos pescadores do litoral capixaba em pesquisa realizada em 2002 – quando no auge das pesquisas sísmicas:

“Os problemas ambientais (número moderado a grande) foram apontados como conflito em 42% das comunidades. Os principais problemas citados foram assoreamento (dificuldade de entrada e saída da barra), poluição (esgoto doméstico e de empresas), ondas sísmicas (Petrobras) e problemas que envolvem as atividades da Aracruz Celulose (transporte marítimo, lançamento de dejetos, etc.)” (MARTINS; DOXSEY, 2006, p. 114).

Os pescadores do litoral de Aracruz compõem grupo significativo no total de habitantes na região. A atividade pesqueira é responsável direta pela reprodução material de pelo menos 400 famílias de pescadores nos distritos de Barra do Riacho, Barra do Sahy e Santa Cruz, além de compor um sistema cultural, dada a sua tradição:

“A pesca, caracterizada como atividade tradicional no município, foi explorada inicialmente pelos indígenas, que se utilizavam dos recursos hídricos fartamente disponíveis. Posteriormente, com o surgimento dos primeiros núcleos urbanos litorâneos, a pesca marítima foi sendo largamente utilizada, destacando-se como uma das principais atividades desenvolvidas nestes núcleos, quando não a mais importante.

É importante se ressaltar que a atividade pesqueira tem sido desenvolvida (ao menos pela maioria dos pescadores locais), ao longo de todo o processo de transformação na história econômica de Aracruz, com base no mesmo “estado de arte” que a originou. Ou seja, pequenas embarcações e conhecimento empírico adquirido dos antepassados têm sido os recursos utilizados para a exploração da pesca por parte dos pescadores que vivem no município” (CEPEMAR TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO, 1999, p. 252).

No ano de 2000, um novo empreendimento industrial tornar-se-ia notório no cenário ambiental do estado. A chegada da Thotham Mineração Marítima Ltda., entre o final de 1999 e o início de 2000, causou efervescência entre moradores e ambientalistas de Aracruz e da Região Metropolitana da Grande Vitória. Tratava-se de uma empresa que pretendia explorar algas calcárias, em larga escala, no litoral de Santa Cruz. A chegada da Thotham foi marcada por polêmica, causada pela doação de terras pela Prefeitura Municipal de Aracruz e pelo desconhecimento em relação aos biodetritos marinhos².

A prefeitura municipal, a título de incentivo para a instalação da empresa, havia concedido terreno para implementação da planta industrial. Contudo, a doação desse terreno foi veementemente contestada por indígenas, ambientalistas e outros setores sociais, devido ao fato de pertencer a uma área de proteção permanente – tratava-se de área do estuário do rio Piraquê-Açú –, além de, à época, ser considerada área de litígio indígena.

Ao lado da imprudência da doação, ambientalistas alertaram para o fato de, até então, haver poucos conhecimentos sobre o impacto causado pela exploração em larga escala de algas calcárias.

Nesse contexto de disputas, é indicada a criação de uma área protegida na região. Desde 2000, quando surgiu a primeira proposta, o modelo de unidade de conservação e a área de abrangência mudaram consideravelmente, passando de um modelo inicial de Reserva Extrativista – RESEX –, passando em um segundo momento para um Parque Nacional – PARNA – e, atualmente, configurando-se em Área de Proteção Ambiental – APA – e em um Refúgio de Vida Silvestre – REVIS – contíguos. As várias mudanças de categorias, variando de modelos de proteção integral a uso sustentável, foram resultados da conjugação de forças sociais envolvidas.

O desenho da área do REVIS de Santa Cruz e da APA Costa das Algas foi sensível às demandas portuárias e dos blocos petrolíferos leiloados até a data da finalização do modelo. Na Figura 1, destaca-se o posicionamento das unidades frente aos blocos BM-ES 05 e B-ES 100 – Campo de Golfinho. Os polígonos circundados identificados representam as lavras então concedidas para a exploração de algas calcárias.

Na Figura 2, um estudo demonstra que comunidades pesqueiras seriam diretamente afetadas devido aos pontos de pesca utilizados e às características de suas embarcações. Muitos pescadores da região utilizam barcos sem motor, denominados canoas, com baixo poder de deslocamento e de permanência no mar, ou seja, se não utilizarem a costa próxima às suas residências, não conseguirão exercer a sua atividade.

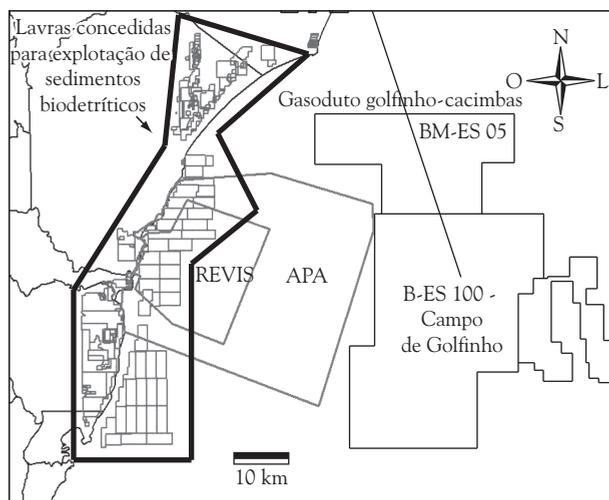


Figura 1. Sobreposição da área das UCs com atividades petrolíferas e de mineração de sedimentos biodestríticos. Fonte: IBAMA, 2006, v. I, p. 80.

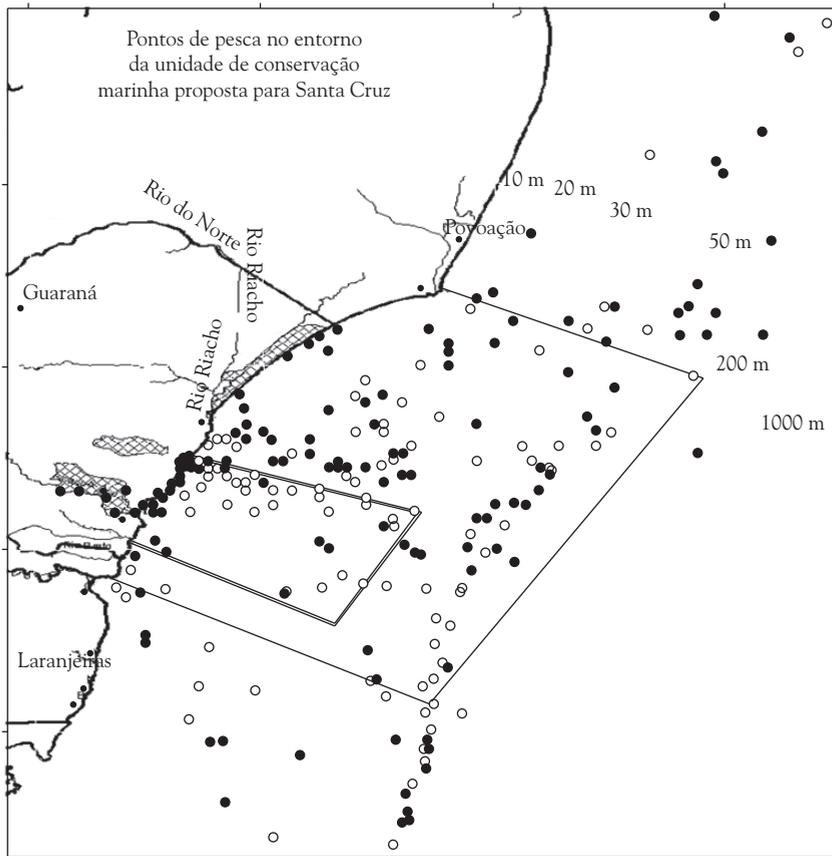


Figura 2. Pontos de pesca por localidade. Fonte: ECOCEANO, 2005, p. 49.

6 Influência mediática no arranjo das agendas pública e institucional

Entre os anos de 2000 e 2006, foram discutidos cinco pedidos de criação de áreas protegidas marinhas no ES. Dentre as propostas, apenas a da criação da área contígua da APA Costa das Algas e do REVIS de Santa Cruz foi completamente instruída. Das outras, uma está com processo aberto, mas ainda carente de uma série de informações substantivas ao seu prosseguimento – UC Ilha do Francês; outra conta com o apoio do Centro-Tamar/IBAMA, mas não teve seu processo administrativo aberto – RDS da Foz do Rio Doce; uma terceira, a mais antiga, que data de 2000, está com seu processo parado devido a conflitos com o setor industrial, ligados aos interesses petrolíferos – RESEX de Barra Nova; e uma quarta não teve força política para seguir adiante – RESEX Ilhas Costeiras de Vila Velha, na Região Metropolitana da Grande Vitória.

O período de efervescência de propostas de unidades marinhas no Espírito Santo coincide com a ampliação das atividades petrolíferas no estado. A pesquisa sísmica, como descrita, mexeu com o imaginário e com a realidade dos pescadores. A queda abrupta

na comercialização do pevoá (*Balistes capriscus*) – espécie de pescado muito apreciada no estado – coincidiu com a intensificação da atividade de pesquisa de petróleo. A combinação entre a queda de pescado e a sísmica ainda é muito pouco conhecida, mas, em 2006, foi lançado o Plano de Compensação de Atividade de Petróleo – PCAP. O lançamento do plano indica que os apontamentos dos pescadores têm algum fundamento, já que a indústria petrolífera rendeu-se – após intensa explicitação de conflitos – às reivindicações.

As demandas dos pescadores foram apresentadas a partir de veículos de notícias. Estes foram acionados, respeitando as limitações de acesso dos pescadores aos formuladores de reportagens, e constituíram um elemento substantivo na explicitação de reivindicações sociais. Ao tratar especificamente da questão ambiental, Hannigan declara que:

“Na passagem dos problemas ambientais de condições para assuntos, e depois para condicionantes da elaboração de políticas, a visibilidade mediática é crucial. Sem a cobertura dos meios de comunicação social, é pouco provável que problemas antigos entrem na área do discurso público ou venham a fazer parte do processo político” (HANNIGAN, 1995, p. 79).

A mídia exerce, assim, o papel de potencializar uma temática de forma a torná-la pública. Dessa forma, novos agentes são convidados a participar das discussões, complexificando a temática. Num movimento espiral, quanto mais agentes envolvidos, maior será a possibilidade de cobertura mediática de uma questão e vice-versa.

A ascensão de uma notícia ambiental na agenda da mídia leva em consideração cinco fatores principais: 1) relação com os conceitos culturais amplamente aceitos; 2) articulação entre as agendas política e científica; 3) caráter dramático do problema ambiental; 4) relação com o presente ao invés de um futuro distante; e 5) relação com uma agenda de ações concretas (HANNIGAN, 1995). Ao relacionar esses cinco itens com a agenda de notícias estipulada em torno da criação da área protegida em Santa Cruz, obtêm-se indícios qualitativos e quantitativos que contribuem para o entendimento da configuração final da proposta, bem como da sua evolução e da sua condição atual.

As dimensões científica – que legitima a proposta de desenvolvimento sustentável, econômica – que explora os recursos ambientais em larga escala – e política – que operacionaliza e institucionaliza os preceitos científicos e econômicos, dentre outros – inter-relacionaram-se, traçando o cenário da política ambiental local. A agenda da mídia e as agendas pública e institucional, no que tange à temática ambiental, foram marcadas, mesmo que às vezes de forma tácita, pela perspectiva de um novo ciclo de desenvolvimento no estado. Este ciclo permeou as três dimensões expostas de forma a relacioná-las e conjugou a perspectiva do desenvolvimento com a do petróleo, do aumento do emprego e da renda, da qualidade de vida, dentre outros amplamente aceitos pela sociedade. Assim, o discurso do desenvolvimento a partir do petróleo assumiu caráter coletivo e de bem comum.

O processo de agendamento envolveu não só as agendas científica e política, como sentenciam Hannigan (1995), mas também a agenda econômica. O complexo jogo de forças incluiu relações estreitas entre o que se veiculou na mídia e o que se discutiu na sociedade. Envolveu uma seqüência de histórias (GAMSON; WOLFSFELD apud HANNIGAN, 1995), o que foi substantiva para entender, por exemplo, porque, dentre as cinco propostas de

criação de unidades marinhas, somente a discutida neste trabalho teve continuidade, dada a correlação dos eventos sociais.

A seqüência de histórias marca uma continuidade em um espaço temporal relativamente longo se comparado com o fato explicitado. Este encadeamento de notícias está intimamente ligado ao terceiro fator de ascensão de uma notícia ambiental – drama social (HANNIGAN, 1995). Foi adicionado o elemento conflitivo ao dramático para demarcar o diferencial mediático da veiculação da criação de unidades de conservação em Santa Cruz. A situação política municipal, em Aracruz, relacionada aos conflitos indígenas e pesqueiros, deu o tom das matérias jornalísticas.

Por último, as disputas territoriais e marítimas na região marcaram os interesses. Assim, houve uma atualização de debates históricos envolvendo o uso e a apropriação dos recursos ambientais locais. A ação proposta – criação de área protegida – fechou o círculo que conferiu interesse mediático à região.

A exposição da temática e, principalmente, a seqüência de notícias deveu-se a uma série de fatores. Já na década de 1980, a SEMA, através do relatório Sherer (apud MINC, 1985), destacava a localidade de Santa Cruz como alvo de degradação ambiental em ecossistemas litorâneos (MINC, 1985), o que propõe um histórico de, pelo menos, duas décadas, em nível nacional, de denúncias contra impactos antrópicos na região. Outro fator importante foi o novo olhar conferido ao mar capixaba. O que antes era visto como fonte de lazer e de pescado, passara, na última década, a fonte de riquezas minerais, como petróleo e sedimentos calcários. A questão fundiária envolvendo indígenas, quilombolas e Aracruz Celulose já figura no cenário estadual há, pelo menos, três decênios, apresentando-se como ícone das disputas regionais.

O contexto pretérito da área, aliado à chegada de empreendimentos minerais – petróleo e algas calcárias –, foi central na disposição da seqüência de notícias. O foco mediático girou em torno de histórias. A questão indígena, a chegada da Thotham Mineração Marítima Ltda. e a exploração de biodetritos calcários, os conflitos da pesca na região norte do Espírito Santo e as denúncias contra a administração municipal de Aracruz estiveram relacionados à criação da área protegida na região, o que conferiu visibilidade social e política à problemática. A veiculação de notícias na mídia teve o diferencial de potencializar o debate.

A composição da agenda da mídia mostrou-se elemento interpretativo da composição do jogo de forças. A potência da proposta de criação de área protegida materializou-se a partir da legitimação conferida pelo apoio das diversas entidades sociais envolvidas. O diferencial dessa proposta está situado na capacidade aglutinadora exposta pelos diferentes segmentos sociais em comum. Destaca-se a capacidade das lideranças envolvidas em criar um fato político que, ao mesmo tempo, propiciasse a convivência de interesses tão díspares num mesmo conjunto e que alçasse a temática ao debate amplo.

Os dados mostraram um elemento diferencial entre as propostas. Enquanto a criação da RESEX de Barra Nova obteve 13% da atenção da mídia, relacionada à criação de unidades de conservação marinhas em 2000, a proposta de área protegida em Santa Cruz atingiu mais de 95%³ dos assuntos, no mesmo período. A proposta de unidade de conservação marinha em Vila Velha foi noticiada apenas uma vez naquele ano, e não apareceu mais desde então

na mídia. Em 2001, a RESEX de Barra Nova captou 10% dos assuntos noticiados, enquanto a questão de Santa Cruz atingiu o índice de 93%.

Em 2002, a questão começou a deixar o cenário mediático – Figura 3. A demanda indígena, uma das que mais angariaram atenção para a região, havia sido atingida com a demarcação da Aldeia Piraquê-Açu, local onde antes seria instalada a planta industrial da Thotham Mineração. Tal fato concorreu para o relativo afastamento dos indígenas em relação à criação da unidade de conservação. Naquele ano, a problemática em Santa Cruz recebeu 54% de atenção da mídia, enquanto a outra proposta de RESEX em Barra Nova atingiu 38%.

A partir de 2003, os conflitos fundiários entre indígenas e ARCEL continuaram a ocorrer, porém não contemplaram a criação de unidades de conservação marinhas. Isso contribuiu sobremaneira para a queda no número de assuntos veiculados na mídia relacionados ao objeto deste estudo. O outro ponto que angariou atenção, a chegada e a

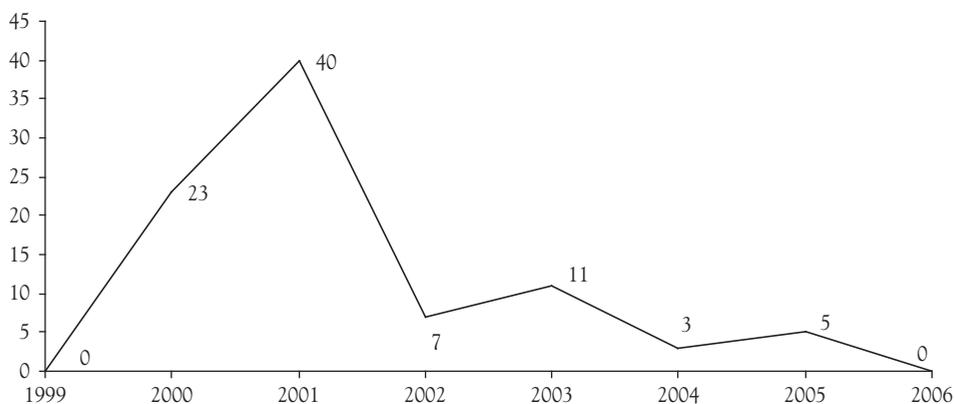


Figura 3. Distribuição das reportagens entre os anos de 1999 e 2006.

instalação da Thotham, também já havia sido praticamente selado com a suspensão do direito de lavra da empresa e com a demarcação da Aldeia Piraquê-Açu.

Mesmo com a saída do conflito da agenda mediática, as notícias veiculadas em 2000, 2001, 2002 e 2003 contribuíram para a explicitação dos debates. Foi neste período que a proposta conseguiu sua primeira audiência pública. Assim, novos agentes foram incorporados ao processo: como a Universidade Federal do Espírito Santo – UFES –, o Ministério Público Estadual – MPES –, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI – e o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

No total, em torno de 86% das notícias ambientais vinculadas à criação de áreas marinhas protegidas estiveram relacionadas às atuais denominações de APA Costa das Algas e REVIS de Santa Cruz. Este resultado mostra a força mediática conquistada pela proposta, representando a capacidade social dos agentes envolvidos de expor a temática.

A proposta de criação da RESEX de Barra Nova não obteve êxito na configuração de um fato político que angariasse foco mediático. A aglutinação de novos agentes foi

comprometida, além de ter enfrentado forte apelo econômico por conta da indústria do petróleo sediada na região. O município de São Mateus é um dos mais antigos produtores de petróleo do estado, datando do final da década de 1960, o que confere um cunho tradicional ao setor. Neste caso, o debate público e o apoio social foram substantivamente limitados, deixando a proposta à mercê de *lobbies* econômicos e da vontade política dos administradores ambientais.

O setor petrolífero praticamente não apareceu na mídia como causando conflitos com a criação das unidades de conservação até 2004. A partir de então, dado o andamento da proposta de área protegida em Santa Cruz, as notícias veiculadas deram conta de um ambiente de prosperidade com a ampliação do setor petrolífero no estado. A composição das notícias refletiu e, ao mesmo tempo, referendou a perspectiva social de desenvolvimento econômico pujante. Assim, a política de criação de unidades de conservação, apareceu em contraste com a ascensão econômica do estado.

7 Considerações finais

O conflito, tema dos estudos sociológicos desde o século XIX, assume proeminência nos debates ambientais, ao emergir do substrato empírico. Os vários projetos sociais de apreensão do meio ambiente colocam em curso interesses não-convergentes, o que culmina em disputas. A exposição dos conflitos, apresentada sob o ângulo das intensidades relacionadas às agendas pública, da mídia e política, proporciona novos contornos à gestão pública e aos movimentos sociais. Mostra-se como ferramenta analítica capaz de potencializar a busca de demandas sociais, por parte da sociedade civil organizada, assim como contribuir para um novo entendimento dos conflitos pelos gestores públicos.

Especificamente relacionados à política de criação de unidades de conservação – entendida aqui como uma política social, haja vista o redimensionamento espacial, no que tange o acesso aos bens ambientais por parte de populações social e ambientalmente vulneráveis –, os conflitos manifestam a adoção de ações e são manifestados a partir dessas. Social e simbolicamente, o meio ambiente é apreendido através de relações entre homens, tendo como cenário a natureza. Segundo Acselrad, “os conflitos ambientais podem ser entendidos como expressão de tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento” (ACSELRAD, 2004, p. 18). A relação entre campo ambiental e campo político é muito nítida quando abarcados os projetos sociopolíticos de desenvolvimento de uma região ou país. A decisão de reservar – onde e como – parte dos bens ambientais compõe o processo decisório estipulado pela agenda de desenvolvimento adotado.

A agenda da mídia tem se mostrado um eficiente termômetro dos conflitos sociais, uma vez que amplia o debate. Com isso não se pretende uma análise inocente de que as notícias veiculadas são isentas de cunho ideológico. Mas é inegável, contudo, a energia amplificadora dos meios de comunicação e a sua correlação com o jogo de forças sociais. Além dos dados históricos, específicos da agenda ambiental brasileira a partir da década de 1970, apoiamo-nos nos dados do caso capixaba entre 2000-2006 para corroborar essas conclusões.

As indicações contidas neste artigo apresentam ferramentas analíticas que apontam para novas pesquisas. Assim, o esforço contido neste texto deve ser aprofundado.

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, H. Conflitos ambientais: a atualidade do objeto e as práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 7-35.
- ANJOS, E. E. et al. **Diagnóstico socioambiental dos rios Sahy e Guaxindimba no município de Aracruz, ES**. Vitória: [s.n.], 2004. 42 p. Relatório Técnico.
- BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CAMARGOS, R. Nascimento da APA Sul-RMBH: o poder da polêmica. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 131-146.
- Cepemar Tecnologia e Desenvolvimento. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA Fiberline “C”**. Vitória, 1999. 1 CD-ROM. Relatório Técnico CPM 077/99.
- DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 5 ed. São Paulo: Hucitec; Nupaub; USP, 2004.
- DURÁN, T. A. Área de Proteção Ambiental: o maciço de Baturité. In: LOPES, I. V. et al. (Orgs.). **Gestão ambiental no Brasil: experiência e sucesso**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 215-238.
- ECOCEANO EMPRESA JÚNIOR DO CURSO DE OCEANOGRAFIA DA UFES. **Diagnóstico da Atividade Pesqueira nas Comunidades no Entorno da Área Proposta para a Unidade de Conservação Marinha de Santa Cruz**. Vitória, 2005. 79 p. Relatório Técnico.
- FERNANDES, J. B. A Hipótese do Agenda Setting: Estudos e Perspectivas. **Revista Electrónica Razon e Palabra**, n. 35, 2003. Disponível em: <<http://www.cem.itesm.mx/dacs/publicaciones/logos/anteriores/n35/jbrum.html>>. Acesso em: 04 de Setembro de 2006.
- FERREIRA, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. VII, n. 3, p. 47-68, 2004.
- HANNIGAN, J. A. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. Coleção Perspectivas Ecológicas, 31.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Relatório Final da Proposta de Criação das UC's APA Costa das Algas e REVIS de Santa Cruz**. Vitória, 2006. Volumes I, II, III, IV e V. Anexos de 1 a 29.
- MARTINS, A. S.; DOXSEY, J. R. Diagnóstico da Pesca no Litoral do Estado do Espírito Santo. In: ISAAC, V. J. et al. (Orgs.). **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais**. Belém: Editora Universitária da UFPA, 2006. p. 93-115.
- MINC, C. **Como fazer movimento ecológico e defender a natureza e as liberdades**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- OLIVEIRA, E. R. **Populações humanas na Estação Ecológica Juréia-Itatins**. São Paulo: NUPAUB; USP, 2004. 50 p. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, nº 2. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/jureiaitatins.pdf>> Acesso em: 09 de Janeiro de 2007.
- SANTOS, L. B. Elementos da Teoria Social na análise das relações entre sociedades e meio ambiente. **Agenda Social**, v. 1, n. 0, p. 56-78. Disponível em: <http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_4449_1189029794.pdf>. Acesso em: 21 de Outubro de 2007.
- _____. **Conflitos e agendas nas trilhas da política ambiental: debates acerca do processo de criação da APA Costa das Algas e do REVIS de Santa Cruz – ES**. 2007. 201 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, E. (Org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-134.

_____. La lucha. In: _____. **Sociología 1: estudios sobre las formas de socialización**. Madri: Alianza Editorial, 1986. p. 265-355.

Notas

- ¹ O sistema de pesquisas de blocos petrolíferos a partir de sísmica consiste na emissão de ondas sonoras no piso oceânico. A forma de refração do som emitido revela o resultado inicial da pesquisa.
- ² Biodetritos marinhos, algas calcárias, sedimentos calcários, sedimentos marinhos e calcário coralíneo aparecem neste trabalho como sinônimos.
- ³ Os conflitos da pesca no norte do estado foram computados como notícias vinculadas às duas propostas dada a abrangência territorial.

TRILHAS DA POLÍTICA AMBIENTAL: CONFLITOS, AGENDAS E CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

LEONARDO BIS DOS SANTOS

Resumo: A criação de unidades de conservação é uma das políticas ambientais mais recorrentes em todo o mundo. A proteção de uma área, contudo, envolve doses variáveis de conflitos pela apropriação dos recursos ambientais. Este trabalho problematiza a categoria conflito e a analisa enquanto ferramenta teórica capaz de apreender a composição da agenda social. Assim, é apresentada uma nova perspectiva dos embates sociais.

Palavras-chave: Conflito social. Unidades de conservação. Agenda setting. Política ambiental.

Tracks of the environmental politics: conflicts, agendas and creation of protected areas

Abstract: The creation of protected areas is one of the most recurrent environmental politics worldwide. The protection of an area, however, involves different levels of conflict due to the appropriation of environmental resources. This paper analyzes the category of conflicts as a theoretical tool to apprehend the composition of the social agenda. It presents a new perspective of social battles.

Keywords: Social conflicts. Protected areas. Agenda setting. Environmental policy.
